

Diário do Legislativo de 19/09/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 82ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 9ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.3 - 10ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.4 - 11ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.5 - 12ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.6 - 4ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.7 - Reunião de Comissões

2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

3 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

4 - MANIFESTAÇÕES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATAS

ATAS

ATA DA 82ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 17/9/2009

Presidência dos Deputados Doutor Viana, Weliton Prado, Antônio Júlio e Carlin Moura

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 3.764 a 3.771/2009 - Requerimentos nºs 4.595 a 4.620/2009 - Comunicações: Comunicações da Comissão de Assuntos Municipais e do Deputado Zezé Perrella - Registro de presença - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Inácio Franco, Vanderlei Miranda, Sargento Rodrigues, Getúlio Neiva e Padre João - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Questões de ordem - Requerimento do Deputado Almir Paraca; deferimento; discurso do Deputado Carlin Moura - Requerimento do Deputado Padre João; deferimento; discurso do Deputado Weliton Prado - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Doutor Viana - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Sargento Rodrigues - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Delvíto Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Maria Tereza Lara - Neider Moreira - Padre João - Rômulo Veneroso - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Sargento Rodrigues, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Getúlio Neiva, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Márcio Augusto Freitas de Meira, Presidente da Funai, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.143/2009, da Comissão de Direitos Humanos.

Da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento e Gestão (2), prestando informações relativas aos Projetos de Lei nºs 3.484 e 3.487/2009, em atenção a pedido da Comissão de Justiça. (- Anexem-se aos Projetos de Lei nºs 3.484 e 3.487/2009, respectivamente.)

Da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.341/2009, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Fuad Noman, Secretário de Transportes, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.299/2009, da Comissão de Assuntos Municipais.

Da Sra. Luzia Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.937/2009, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. José Airton Junho dos Reis, Prefeito Municipal de Natércia, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.654/2009, em atenção a pedido da Comissão de Justiça. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 3.654/2009.)

Do Sr. Luís Márcio Araújo Ramos, Presidente da Fhemig, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.011/2009, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Cel. Ricardo Luís Morais Antunes, Chefe do Estado-Maior da 4ª Região Militar, agradecendo o pronunciamento do Deputado Tenente Lúcio em homenagem ao Exército brasileiro, proferido em reunião especial realizada nesta Casa.

Do Sr. Wilson Benício Siqueira, Presidente do Conselho Regional de Economia de Minas Gerais, agradecendo voto de congratulações pela passagem do Dia do Economista, o qual foi formulado por esta Casa em atenção a requerimento do Deputado Jayro Lessa.

Do Sr. Paulo Alkmim, Ouvidor de Polícia (2), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 4.322 e 4.307/2009, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Jairo Cruz Moreira, Secretário-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça, prestando informações relativas a requerimento da Comissão de Saúde encaminhado por meio do Ofício nº 2.083/2009/SGM.

Do Sr. José Antônio Baêta de Melo Caçado, Promotor da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.702/2008, da Comissão de Transporte.

Do Sr. Rodolfo Guimarães Filho, Superintendente de Apoio à Infraestrutura Municipal, da Secretaria de Transportes, dando ciência dos convênios celebrados por essa Pasta em agosto de 2009. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. João Lúcio Martins Pinto, Presidente em exercício da Associação dos Procuradores do Estado de Minas Gerais, manifestando-se, em nome dessa entidade, pela rejeição do Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 2.644/2008. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.644/2008.)

Do Sr. Raimundo Pinto Coelho, solicitando providências a fim de que os idosos tenham melhor tratamento no transporte coletivo e apresentando sugestão relativa à matéria. (- À Comissão do Trabalho.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 3.764/2009

Dá a denominação de José Virgílio de Resende à Rodovia AMG-1640, que liga o Município de Itumirim ao entroncamento com a Rodovia BR-265.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica denominada José Virgílio de Resende à Rodovia AMG-1640, que liga o Município de Itumirim ao entroncamento com a Rodovia BR-265.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 de setembro de 2009.

Arlen Santiago

Justificação: Em homenagem a José Virgílio de Resende, cidadão tão ilustre, que durante anos prestou seus serviços em favor da população itumirense, gostaria que essa rodovia levasse seu nome.

Tem caráter de grande relevância a denominação aqui proposta e, com certeza, encontrará eco em toda a população, tendo em vista as notórias qualidades e os importantes serviços prestados à comunidade, pelo referido cidadão. Espero contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

José Virgílio de Resende nasceu em 25/6/25 na Fazenda Campo Grande, no Município de Itumirim. Filho de José Augusto Pinto de Resende e Maria das Dores Resende; seu avô paterno, Augusto Pinto Resende, itumirense, participou ativamente da vida política de Itumirim, estando lado a lado com quem almejava a emancipação política do Distrito, o que veio a ocorrer em 1º/1/44.

Desde seus 12 anos (pois ficou órfão de pai muito criança), José Virgílio de Resende já trabalhava como arrimo de família, sendo caixeiro de loja, o que lhe deu conhecimento para mais tarde ter seu próprio comércio. Casou-se aos 23 anos com Conceição Aparecida de Resende, provindo dessa união 15 filhos, dos quais 13 vivem.

Tendo os mesmos sentimentos que seu avô, engajou-se nos ideais políticos do Município, a princípio pela UDN, que tinha como líder Dr. Hélio Andrade, e posteriormente pela Arena, vindo a ser Prefeito Municipal no período de 1973 a 1977. Em sua administração construiu um prédio para o posto de saúde, na Avenida Dom Inocêncio (hoje, centro odontológico), instalou a Telemig, construiu o prédio da Escola Estadual Dom Delfim, reformou a escola Castro Alves, inaugurou a Caixa Econômica Estadual e criou a Escola Municipal do 2º grau, que iniciou suas atividades no ano de 1977, com os cursos de magistério e contabilidade.

José Virgílio foi um itumirense que acima de tudo amou sua terra e se orgulhava de todo o progresso que ali chegava. Faleceu em 9/5/55.

Seu filho Geraldo Magno de Resende, seguiu seus passos, sendo eleito Prefeito de Itumirim para o período de 2001 a 2004 e reeleito para o período de 2005 a 2008.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.765/2009

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Tomás de Aquino o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de São Tomás de Aquino o imóvel e as respectivas benfeitorias, com área de 1.100,48m² (mil e cem vírgula quarenta e oito metros quadrados), situado na localidade Otília Amaral, nesse Município, registrado sob o nº 4.561, a fls. 163 do Livro 3-D, no Cartório de Registros de Imóveis da Comarca de São Tomás de Aquino.

Parágrafo único - O imóvel a que se refere o "caput" deste artigo destina-se ao funcionamento do Sistema Integrado de Administração Tributária.

Art. 2º - O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado, se, findo o prazo de três anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 de setembro de 2009.

Antônio Carlos Arantes

Justificação: Funda-se este projeto de lei em que o Município de São Tomás de Aquino necessita do referido imóvel para abrigar o Siat, órgão da Secretaria de Estado de Fazenda, o qual atualmente está instalado em imóvel alugado pelo Município, onerando em demasia os cofres públicos.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.766/2009

Declara de utilidade pública a Associação Esportiva Nova Estrela, com sede no Município de Campanha.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Esportiva Nova Estrela, com sede no Município de Campanha.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 de setembro de 2009.

Antônio Carlos Arantes

Justificação: A principal finalidade da Associação Esportiva Nova Estrela consiste em trabalhar pelo desenvolvimento de esportes e lazer da comunidade, prestigiar, estimular e ajudar nas iniciativas que a beneficiam e integrar órgãos e pessoas interessadas em melhorar as condições esportivas dos jovens que nela vivem.

Além disso, apresenta os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão pela qual solicitamos a aprovação da presente proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei Nº 3.767/2009

Declara de utilidade pública a Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Granbel -, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Granbel -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 de setembro de 2009.

Dinis Pinheiro

Justificação: A Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte é uma entidade civil sem fins lucrativos e com duração por tempo indeterminado. Está registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Belo Horizonte.

A entidade funciona regulamente há mais de dois anos e tem por finalidade promover o desenvolvimento integrado, equilibrado e humanizado dos Municípios, evitar a superposição de esforços entre os associados e órgãos e entidades estaduais e federais e promover estudos para obtenção de fontes de financiamentos para execução de obras de interesse dos Municípios, entre outras.

Diante do exposto, este parlamentar espera que seja aprovada esta proposição, declarando-se de utilidade pública a referida Associação.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Assuntos Municipais, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.768/2009

Declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Vila Bonita, com sede no Município de Itacarambi.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Vila Bonita, com sede no Município de Itacarambi.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 de setembro de 2009.

Paulo Guedes

Justificação: A Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Vila Bonita é uma entidade civil sem fins lucrativos que tem por finalidade entre outras: contribuir para o fomento e a racionalização das explorações agropecuárias; buscar a melhoria das condições de vida de seus associados e de toda a comunidade de Vila Bonita; promover a proteção ao meio ambiente e o combate à fome e à pobreza na comunidade rural.

Em face do exposto, apresento este projeto de lei, para aprovação desta Casa.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Política Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.769/2009

Declara de utilidade pública a Associação de Apoio Comunitário do Conjunto Habitacional Dona Sinhá Linhares I e II com sede no Município de Santo Antônio do Monte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Apoio Comunitário do Conjunto Habitacional Dona Sinhá Linhares I e II, com sede no Município de Santo Antônio do Monte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 de setembro de 2009.

Rômulo Veneroso

Justificação: A Associação de Apoio Comunitário do Conjunto Habitacional Dona Sinhá Linhares I e II, com sede no Município de Santo Antônio do Monte, é uma entidade civil sem fins lucrativos, de cunho assistencial, que desenvolve ações destinadas à comunidade, visando a contribuir para melhoria da qualidade de vida, através da promoção de atividades de sociais, culturais e de lazer.

Em face do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.770/2009

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Remanescentes - Acre -, com sede no Município de Contagem.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Remanescentes - Acre -, com sede no Município de Contagem.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 de setembro de 2009.

Ronaldo Magalhães

Justificação: A Associação Comunitária Remanescentes - Acre, entidade sem fins lucrativos, com sede no Município de Contagem, fundada em 1º/11/98, tem realizado importantes trabalhos na cidade. Sua missão consiste em amparar e recuperar crianças e adolescentes, bem como assistir as comunidades dos bairros periféricos. Para tanto, atua na promoção humana, social e cultural, e na formação profissional dos assistidos.

Dessa forma, cumpridos os requisitos formais, contamos com a aprovação do presente projeto por esta Casa para que seja reconhecida a importância do trabalho dessa entidade pelo poder público estadual.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.771/2009

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Vida Nova - ACCNV -, com sede no Município de Montes Claros.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Vida Nova - ACCNV -, com sede no Município de Montes Claros.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 de setembro de 2009.

Ronaldo Magalhães

Justificação: A Associação Comunitária Vida Nova - ACCNV -, entidade sem fins lucrativos com sede em Montes Claros, fundada em 28/6/2005, tem realizado importantes trabalhos na cidade. Sua missão é reunir pessoas que prestem serviços às comunidades estimulando o conhecimento e o exercício da cidadania e solidariedade e o respeito às leis e incentivando o crescimento econômico e social com ética, respeito e responsabilidade. A Associação atua nas áreas educacional, cultural, social, recreativa e de saúde.

Dessa forma, atendidos os requisitos formais, contamos com a aprovação deste projeto por esta Casa, o que representará o reconhecimento, pelo poder público estadual, da importância do trabalho da entidade.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art.

REQUERIMENTOS

Nº 4.595/2009, do Deputado Almir Paraca, em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Copasa-MG pedido de providências para intervir contra o despejo de esgoto no leito do Córrego Rico, no Município de Paracatu. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 4.596/2009, da Deputada Ana Maria Resende, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para ativar o posto policial da comunidade do Planalto Rural, em Montes Claros. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.597/2009, do Deputado Weliton Prado, em que solicita seja encaminhado ao Conselho Tutelar do Município de Uberlândia, à Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude e ao Secretário de Desenvolvimento Social pedido de providências para apurar denúncia sobre possível exploração sexual de crianças e adolescentes no Município de Uberlândia. (- À Comissão do Trabalho.)

Nº 4.598/2009, do Deputado Weliton Prado, em que solicita seja encaminhado ao Comandante-Geral da PMMG pedido de providências para que seja reforçado o policiamento no Bairro Tabajaras, em Uberlândia. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.599/2009, do Deputado Weliton Prado, em que solicita seja encaminhado ao Diretor-Geral do DNIT pedido de providências para apresentar soluções imediatas para os problemas de sinalização na BR-050, nos trechos compreendidos entre os Municípios de Uberaba, Araxá e Uberlândia, bem como autorizar, em caráter de urgência, o início das obras de duplicação do Viaduto Tereza Jabbur Braga, em Uberlândia.

Nº 4.600/2009, do Deputado Weliton Prado, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Transportes pedido de providências para que sejam realizadas obras de reconstrução de ponte com a finalidade de promover a ligação entre os Municípios de Patrocínio e Coromandel. (- Distribuídos à Comissão de Transporte.)

Nº 4.601/2009, do Deputado Weliton Prado, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências com vistas à destinação de um veículo para a Comunidade Terapêutica Restaurando Vidas, no Município de Dores do Turvo. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 4.602/2009, do Deputado Weliton Prado, em que solicita seja encaminhado ao Comandante-Geral da PMMG pedido de providências para que seja reforçado o policiamento no Bairro Osvaldo Rezende, em Uberlândia.

Nº 4.603/2009, do Deputado Weliton Prado, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social pedido de providências para que seja reforçado o policiamento no Bairro Osvaldo Rezende, em Uberlândia. (- Distribuídos à Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.604/2009, do Deputado Arlen Santiago, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de São João da Lagoa pelos 14 anos de emancipação desse Município.

Nº 4.605/2009, do Deputado Arlen Santiago, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Riacho dos Machados pelos 47 anos de emancipação desse Município.

Nº 4.606/2009, do Deputado Arlen Santiago, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Pai Pedro pelos 14 anos de emancipação desse Município.

Nº 4.607/2009, do Deputado Arlen Santiago, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Olhos d'Água pelos 14 anos de emancipação desse Município.

Nº 4.608/2009, do Deputado Arlen Santiago, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Padre Paraíso pelos 47 anos de emancipação desse Município.

Nº 4.609/2009, do Deputado Arlen Santiago, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Rubelita pelos 47 anos de emancipação desse Município.

Nº 4.610/2009, do Deputado Arlen Santiago, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Nova Porteirinha pelos 14 anos de emancipação desse Município.

Nº 4.611/2009, do Deputado Arlen Santiago, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Ninheira pelos 14 anos de emancipação desse Município.

Nº 4.612/2009, do Deputado Arlen Santiago, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Mirabela pelos 47 anos de emancipação desse Município.

Nº 4.613/2009, do Deputado Arlen Santiago, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Lagoa dos Patos pelos 47 anos de emancipação desse Município.

Nº 4.614/2009, do Deputado Arlen Santiago, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Chapada Gaúcha pelos 14 anos de emancipação desse Município. (- Distribuídos à Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 4.615/2009, das Comissões de Participação Popular e de Transporte, em que solicitam seja encaminhado ao Secretário de Transportes pedido de informações sobre o montante recebido com a cobrança de pedágio pelas concessionárias no Estado, bem como o montante investido, discriminado por rodovia. (- À Mesa da Assembleia.)

Nº 4.616/2009, das Comissões de Participação Popular e de Transporte, em que solicitam seja encaminhado ao Secretário de Transportes pedido de providências para a elaboração do projeto e a execução da obra de asfaltamento da rodovia que liga Divinópolis a São Sebastião do Oeste, passando pela comunidade do Cacoco.

Nº 4.617/2009, das Comissões de Participação Popular e de Transporte, em que solicitam seja encaminhado ao Secretário de Transportes

pedido de providências para a isenção do pagamento de pedágio ao longo dos perímetros urbanos para veículos dos respectivos Municípios e dos Municípios limítrofes, bem como nas zonas rurais onde haja postos de pedágio.

Nº 4.618/2009, das Comissões de Participação Popular e de Transporte, em que solicitam seja encaminhado ao Secretário de Transportes pedido de providências para que interceda junto à Concessionária Nascentes das Gerais, a fim de garantir isenção total para as ambulâncias e os veículos escolares públicos por meio do acesso garantido ao sistema Via Fácil ou outra forma que assegure a isenção total.

Nº 4.619/2009, das Comissões de Participação Popular e de Transporte, em que solicitam seja encaminhado ao Secretário de Transportes pedido de providências para a revisão do cronograma de obras da PPP/MG-050, antecipando a construção da terceira faixa em todos os trechos de difícil ultrapassagem, especialmente nos que mencionam.

Nº 4.620/2009, das Comissões de Participação Popular e de Transporte, em que solicitam seja encaminhado ao Secretário de Transportes pedido de providências para que determine a revisão do cronograma de obras do contrato PPP/MG-050, assegurando de imediato a realização de obras no entorno de Divinópolis, especialmente nos trevos que mencionam.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações da Comissão de Assuntos Municipais e do Deputado Zezé Perrella.

Registro de Presença

O Sr. Presidente (Deputado Weliton Prado) - A Presidência registra a presença, em Plenário, da ex-Deputada Maria Lúcia Mendonça e, nas galerias, do Vereador Charles, do Município de Natalândia, no Noroeste de Minas. Agradecemos sua presença, que muito nos honra.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Inácio Franco, Vanderlei Miranda, Sargento Rodrigues e Getúlio Neiva proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Com a palavra, o Deputado Padre João.

- O Deputado Padre João profere discurso, que será publicado em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado Weliton Prado) - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres, de requerimentos e de indicações. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 4.616 a 4.620/2009, das Comissões de Participação Popular e de Transporte. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário da comunicação apresentada nesta reunião pela Comissão de Assuntos Municipais - aprovação, na 25ª Reunião Ordinária, em 16/9/2009, dos Requerimentos nºs 4.522/2009, do Deputado Célio Moreira, e 4.526 a 4.535/2009, do Deputado Arlen Santiago (Ciente. Publique-se.).

Questões de Ordem

O Deputado Doutor Rinaldo - Sr. Presidente, hoje, na Comissão de Saúde, tivemos o prazer de receber a Frente Parlamentar da Saúde do Congresso Nacional, com vários Deputados Federais que aqui estiveram para o lançamento da Frente Parlamentar da Saúde Regional. É a primeira frente regional do Brasil. Após Minas Gerais, outros Estados criarão também a regionalização, ou seja, a regional da Frente Parlamentar da Saúde. Essa Frente é importante porque debaterá os assuntos principais da saúde no Brasil, principalmente a regulamentação da Emenda à Constituição nº 29, que tanto já debatemos nesta Casa e tanto é debatida em todos os cantos do Brasil, mas que, infelizmente, ainda não foi levada a apreciação e votação no Congresso Nacional. Diante disso, os Municípios enfrentam dificuldades em virtude da falta de dinheiro para a saúde e, assim, os Prefeitos são obrigados a colocar na saúde mais do que a Constituição determina. Mesmo assim faltam recursos para a saúde nos Municípios de todo o Brasil. Não temos só a questão da Emenda à Constituição nº 29. A Frente Parlamentar briga pelo ato médico, pela valorização do trabalho e por melhor remuneração na tabela do SUS. Enfim, luta por melhor atenção à saúde em nosso País. Minas Gerais agora, com a Regional da Saúde, poderá fazer parte dessa Frente, que luta por melhor qualidade de vida. Tivemos o prazer de receber aqui o nosso Deputado Federal Rafael Guerra e o Tarso, que tanto trabalham nessa Frente Parlamentar, da qual participaremos. Convido os colegas da Assembleia para fazer coro com essa Frente Parlamentar, pois, quanto mais Deputados trabalharem objetivando uma saúde melhor para os brasileiros, mais resultados essa Frente conseguirá, visto que poderemos cobrar mais ações de nossas autoridades, tendo em vista uma atenção melhor para a saúde.

Sr. Presidente, solidarizo-me com o Pe. Carlos, da Paróquia do Senhor Bom Jesus, em Divinópolis. Neste final de semana e durante toda a semana, tivemos ali a festa do Senhor Bom Jesus. Participei das missas e das barraquinhas. Na igreja testemunhei um ambiente familiar, com o trabalho do Pe. Carlos. Infelizmente, depois de uma hora e meia que as barraquinhas haviam fechado, culpamos o Pe. Carlos por estar vendendo bebida alcoólica nas barraquinhas; porém sou testemunha, já que estive lá, de que em nenhum dia se vendeu bebida alcoólica nas barraquinhas da Igreja do Senhor Bom Jesus. Foi uma festa familiar em que não havia cerveja nem outro tipo de bebidas alcoólicas; tomei guaraná. Disseram que houve distribuição de bebida. Parece que, depois das barraquinhas, algumas pessoas agrediram o policiamento que

estava na rua próxima. Perto da igreja, existem três bares, onde se vendia bebida, como em qualquer bar. Entretanto, nas barraquinhas da igreja, em momento algum foram vendidas bebidas alcoólicas. Sou solidário ao Pe. Carlos pelo brilhante trabalho que faz naquela paróquia. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou pedindo a palavra pela ordem, porque eu e o Deputado Domingos Sávio temos trabalhado, faz 15 dias, na modificação da lei florestal. O que está acontecendo no nosso país, em especial no Estado de Minas Gerais, é que o produtor rural, o plantador de tomate, de arroz e de feijão, que trabalham sem saber se terão lucro, passaram a ser tratados pelo governo do Estado como bandidos. E como bandidos continuam a ser tratados. Fizemos todas aquelas audiências, e o IEF trocou o seu Diretor, mas a polícia continua agindo de forma totalmente equivocada. Tenho aqui documento de multa que foi feita hoje, Deputado Weliton Prado, às 7 horas, contra um produtor que plantava tomate. Ele foi multado e teve a sua obra embargada. Assim, ele já não pode praticar nenhuma atividade nem para continuar o cultivo do seu tomate. Fato é que fizeram um boletim de ocorrência, que foi encaminhado ao Ministério Público, e ele vai responder por crime ambiental. Sabem qual crime ele está cometendo? O crime de produzir produtos para o povo brasileiro, incluindo esse próprio policial que o multou e também para o Promotor, que tem sido implacável com esses produtores rurais. O Judiciário também não fica atrás, pois esse Poder também não analisa se realmente houve ou não crime ambiental. Votou-se nesta Casa que áreas consolidadas poderiam ser utilizadas. Um curso d'água, Deputado Domingos Sávio, não pode ter o mesmo tratamento de um rio ou ribeirão. Isso precisa mudar. Aliás, nós brigamos, e a Assembleia já tentou fazer isso, e nós reconhecemos que houve algum avanço, mas o que a polícia continua fazendo não foi o combinado. O combinado foi que, no caso dessas ações, não haveria BO, isto é, não haveria ocorrência policial por crime ambiental. O fato de o agricultor estar plantando já quer dizer que ele está cometendo crime ambiental, porque ele está produzindo alimentos para a nossa população? Isso não pode continuar sendo tratado dessa forma. Essas pessoas não podem ser tratadas criminalmente. Anteontem, à porta da Assembleia, vimos uma atitude equivocada de um fiscal de trânsito de Belo Horizonte, e, por pouco, não houve o linchamento desse fiscal. Houve reação de se fecharam a praça e a rua, porque o povo já está começando a ficar indignado. O povo já não aceita esse tipo de comportamento, e, se a polícia ou o sistema ambiental continuarem agindo dessa forma, haverá um levante em Minas Gerais. Vocês podem ter certeza disso. Aliás, já estão surgindo lideranças pelo interior de pessoas que já não conseguem trabalhar e, pior, que já não podem sair de casa porque foram condenadas, por plantarem alimentos, a ficar três anos dentro de casa, só podendo sair nos horários determinados pela Justiça. Assim, esses indivíduos não podem mais tirar leite às 4 horas, só às 5. Isso não tem lógica. O pronunciamento que faço hoje será o mesmo que farei na próxima terça-feira. Está aqui o documento, elaborado hoje, às 7 horas, que não foi assinado pelo produtor rural. Tenho dito: não assinem, como também enfrentem o policiamento e vão para a cadeia ou para o Ministério Público, porque nós estaremos lá para começar um levante contra os abusos cometidos pelo Estado de Minas Gerais contra o produtor rural. Estou levantando essa questão, porque o Deputado Domingos Sávio foi um dos que trabalharam muito em nosso projeto, para acabar com essa truculência da fiscalização. Sabemos que aqueles que realmente cometem crime ambiental têm de pagar. Não estamos aqui para defender os verdadeiros agressores do meio ambiente, mas sim os produtores, porque esses eu conheço e sei como trabalham. Se forem preservar 30m, Deputado, ele já passará para o terreno do vizinho, em 90m do curso d'água. O documento nem fala que não se trata de ribeirão, mas sei que não é um ribeirão, porque conheço o lugar. Este pronunciamento é apenas para voltar à discussão. Não dá para continuar do jeito que está. O jornal "O Tempo" fez uma matéria fantástica até cair o Diretor do IEF. Cansamos de falar isso aqui, ou melhor, cansei de avisar o Líder do Governo, Deputado Mauri Torres, que, se não houver uma modificação, o Governador Aécio Neves vai pagar caro, por uma dívida que não é dele, mas do governo dele, porque os abusos continuam por parte do sistema ambiental e da Polícia Ambiental. Até penso que deveríamos começar um movimento aqui, duro e pesado, para acabar com a Polícia Ambiental. Acho que não há lógica alguma em um policial despreparado tratar da questão ambiental e continuar multando, fazendo BO e criando todas essas dificuldades.

O Deputado Domingos Sávio - Obrigado, Sr. Presidente. Antes de abordar o assunto que me faz solicitar esta questão de ordem, quero me solidarizar com o pronunciamento do Deputado Antônio Júlio. Em alguns momentos, temos alguns embates, mas o Deputado Antônio Júlio foi muito feliz, deixou claro que não queremos aqui defender quem destrói o meio ambiente; queremos defender quem trabalha, quem produz. Há uma legislação burra, que já mudamos aqui, e que não é mero projeto de lei, é lei, o Governador já sancionou - nesse aspecto, devo defender o Governador, porque ele sancionou. Agora vem uma questão muito interessante: o Deputado Antônio Júlio comentava comigo que, às vezes, quando se multa ou se prende o cidadão, diz-se que não se pode alegar em sua defesa o desconhecimento da lei. E é verdade, isso é um princípio do Estado de Direito, da Constituição. Mas será que o policial e o agente do IEF têm o direito de desconhecer que o Governador acabou de sancionar uma lei que a Assembleia Legislativa aprovou? Essa lei estabelece que as áreas de preservação permanente, onde o cidadão planta tomate há muitos anos, onde ele tem a sua pequena atividade de horticultura, já estão com uso consolidado garantido pela lei. Mesmo na beira d'água, o cidadão terá prazo de 20 anos para ser substituído, a fim de que não seja afetada sua atividade de subsistência e a condição de ganhar seu sustento. Isso é abuso de autoridade. Deputado Antônio Júlio, quero me colocar ao seu lado e ao lado dos demais colegas. Já saiu o Diretor do IEF, e é bom que quem assumiu saiba que a Assembleia está atenta. Estamos todos unidos: base do governo e Oposição. Estamos aqui em defesa do meio ambiente, mas também em defesa de quem quer produzir. Fala-se muito em desenvolvimento sustentável, que não pode ser apenas uma expressão bonita. Desenvolvimento sustentável é respeitar o meio ambiente e respeitar o desenvolvimento; é conciliar essas duas coisas. Foi a lei que votamos aqui. Mas, de repente, um fiscal vai até lá e simplesmente diz: "Não sei dessa lei ainda; vou multá-lo assim mesmo". Com isso ele cria constrangimento, faz BO. Ora, é preciso que haja um mínimo de respeito ao produtor rural. Quero falar agora, Sr. Presidente, nestes poucos minutos que me restam, da visita que fiz hoje, pela manhã, a Bom Despacho. Lá tivemos a alegria de acompanhar a inauguração de um bloco cirúrgico, em homenagem bonita ao Dr. Geraldo César Lacerda, médico fantástico que nos deixou recentemente. Ele foi homenageado ali, seu nome foi dado ao centro cirúrgico. Essas e outras obras na Santa Casa daquela cidade foram feitas com dinheiro do Pro-Hosp. Lutei nesta Casa para que o Pro-Hosp fosse estendido ao Centro-Oeste mineiro, porque aquela região fazia parte da macrorregião da Grande BH. Mas esse programa não chegava lá, porque as cidades não eram consideradas cidades-polos. Com a mudança que propus, no passado, que teve o apoio do Secretário de Saúde e do Governador Aécio Neves, o Centro-Oeste passou a ser macrorregião, e Divinópolis sede. Já a microrregião de Bom Despacho teve esta cidade como sede. Assim também ocorreu com Santo Antônio do Monte, Campo Belo, Itaúna e outras cidades, que se beneficiaram com essa decisão. Agora o resultado vem se acumulando, porque todo ano o Pro-Hosp, que é um programa do governo do Estado, repassa o dinheiro para a Santa Casa. Foi um momento muito positivo. Nessa mesma linha da saúde, estivemos, nesta semana, em São João del-Rei, lutando para que essa cidade seja também sede de macrorregião. Assim, São João del-Rei receberá também mais investimentos na área da saúde, receberá o dinheiro do Pro-Hosp, do Viva Vida. Continuaremos lutando até que essa cidade e toda aquela região do Campo das Vertentes sejam atendidas de forma adequada. Ainda hoje estaremos com o Prefeito Vladimir e com o Governador Aécio Neves, que assinará convênio para o início de todo o processo de construção do hospital regional em Divinópolis. Serão R\$36.000.000,00 do governo do Estado e R\$4.000.000,00 da Prefeitura de Divinópolis. Essa obra atenderá a toda a região. Trata-se de um acontecimento que devo comemorar como algo que já justifica toda a minha luta na vida pública. Construí o Pronto-Socorro de Divinópolis, que atende tantas pessoas na região, e agora consegui a construção de um hospital de R\$40.000.000,00. Esse hospital destina-se a atender toda a região e a melhorar a saúde pública, bem que não tem preço, causa que tem de unir todos os partidos e correntes ideológicas. Concluo, Presidente, dizendo que acabei de protocolar emenda a um projeto que o Governador mandou a esta Casa, em atendimento a uma sugestão nossa, que visa regularizar a situação dos servidores de função pública do Ipsemg e de outros órgãos do Estado, os quais eram discriminados e corriam o risco de ter reduzido o salário. O Governador atendeu ao nosso apelo e mandou um projeto regulamentando a situação desses servidores de função pública. Agora, apresentamos a esse projeto uma emenda pela qual se autoriza que a decisão sobre o horário e o local de trabalho de todo médico do Estado cedido ao Município fique a cargo do Prefeito. Isso resolve o impasse da greve em São João del-Rei e ajuda outros Prefeitos a negociar com os médicos do Estado um horário e um local de trabalho adequados e a superar este conflito: o médico é do Estado e está subordinado ao horário do Estado, mas trabalha no Município, onde a realidade é outra. Com essa emenda, pretendemos resolver esse problema e ajudar a melhorar o funcionamento da saúde pública em nosso Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que não há quórum para votação, mas que há para a continuação dos trabalhos. Vem à Mesa requerimento do Deputado Almir Paraca, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao Deputado Carlin Moura. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 20 minutos. Com a palavra, o Deputado Carlin Moura.

- O Deputado Carlin Moura profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente (Deputado Carlin Moura) - Vem à Mesa requerimento do Deputado Padre João, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao Deputado Weliton Prado. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 20 minutos. Com a palavra, o Deputado Weliton Prado.

- O Deputado Weliton Prado profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência encerra, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, a discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.230, uma vez que permaneceu em ordem do dia por seis reuniões.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 6/4/2009

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Hely Taquínio, 2º-Secretário e Sargento Rodrigues, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Município de Monte Formoso, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis para a Casa - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e as Obras Sociais da Paróquia de Nossa Senhora da Boa Viagem de Itabirito, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis para a Casa - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Assistência Social Bom Pastor, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis para a Casa - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - PRODEMG, tendo como objeto a prestação de serviços de informática - parecer favorável à contratação, com dispensa de licitação baseada no art. 24, XVI, da Lei 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência de Documentação e Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Assistência Social Bom Pastor, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis para a Casa - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - PRODEMG, tendo como objeto a prestação de serviços de informática - parecer favorável à contratação, com dispensa de licitação baseada no art. 24, XVI, da Lei 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência de Documentação e Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; Requerimento nº 2.506/2008, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de informações sobre as políticas habitacionais adotadas pelo governo, visando a esclarecer especialmente questões relativas à construção de moradias populares - parecer pela aprovação, com a Emenda nº 1; Requerimento nº 2.936/2008, do Deputado Wander Borges, em que pleiteia sejam solicitadas à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas informações sobre o serviço de transporte remunerado de passageiros por meio de veículos ciclomotores e similares no Estado - parecer pela aprovação; ao Deputado Doutor Viana, o Requerimento nº 3.274/2009, de autoria do Deputado Carlin Moura, em que requer sejam solicitadas ao Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG informações sobre o início das obras de asfaltamento da estrada que liga Pecanha até o entroncamento da estrada que liga Coroaí a Virgolândia - parecer pela aprovação; Requerimento nº 3.534/2009, da Comissão Especial da Execução das Penas no Estado, em que solicita seja encaminhado à Defensoria Pública pedido de informações sobre o resultado da ação estratégica realizada nas cadeias dos municípios do Estado por um grupo técnico daquele órgão, com o relatório de cada estabelecimento visitado - parecer pela aprovação; Requerimento nº 3.537/2009, da Comissão Especial da Execução das Penas no Estado, em que solicita seja encaminhado ao Subsecretário de Administração Prisional pedido de informações sobre a população carcerária do Estado, solicitando a relação dos presos de cada estabelecimento prisional e outras informações que menciona - parecer pela aprovação; Requerimento nº 3.538/2009, da Comissão Especial da Execução das Penas no Estado, em que solicita seja encaminhado ao Chefe de Polícia Civil pedido de informações sobre a população carcerária do Estado, solicitando a relação dos presos em cada estabelecimento prisional e outras informações que menciona - parecer pela aprovação; Requerimento nº 3.539/2009, da Comissão Especial das Penas no Estado, em que solicita seja encaminhado ao Defensor Público Geral pedido de informações relativas às estatísticas sobre a defesa de presos realizada pela Defensoria Pública nas Comarcas do Estado - parecer pela aprovação; Requerimento nº 3.540/2009, da Comissão Especial de Execução das Penas no Estado, em que solicita seja encaminhado ao Subsecretário de Medidas Socioeducativas pedido de informações sobre o quantitativo de jovens cumprindo medidas de internação no Estado, tanto em instituições especializadas, quanto em cadeias públicas - parecer pela aprovação; ao Deputado José Henrique, Requerimento nº 2.720/2008, da Comissão de Direitos Humanos, em que pleiteia sejam solicitadas ao Secretário de Estado da Fazenda informações sobre os motivos pelos quais o prazo de tramitação dos requerimentos de isenção de ICMS referente à aquisição de veículos, protocolados por portadores de deficiência, têm prazo de tramitação bastante superior aos pedidos de isenção protocolados por taxistas - parecer pela aprovação; Requerimento nº 3.052/2008, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que pleiteia sejam solicitadas ao Procurador-Geral do Estado informações sobre as providências tomadas pelo Ministério Público em relação às conclusões do relatório final da CPI que apurou, entre 2001/2002, os mecanismos de formação do preço do leite no comércio e na indústria em Minas Gerais - parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1; Requerimento nº 3.053/2008, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que pleiteia sejam solicitadas ao Secretário de Defesa do Consumidor e do Contribuinte informações sobre as providências tomadas por aquele órgão em relação às conclusões do relatório final da CPI que apurou, entre 2001/2002, os mecanismos de formação do preço do leite no comércio e na indústria em Minas Gerais - parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1; Requerimento nº 3.054/2008, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que pleiteia sejam solicitadas ao Secretário de Estado da Fazenda informações sobre as providências tomadas por aquele órgão em relação às conclusões do relatório final da CPI que apurou, entre 2001/2002, os mecanismos de formação do preço do leite no comércio e na indústria em Minas Gerais - parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1; ao Deputado Weliton Prado, Requerimento nº 2.691/2008, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, em que pleiteia seja enviado ofício ao Tribunal de Contas do Estado solicitando o envio de relatório contendo a conclusão das investigações daquele órgão na Câmara Municipal de Itabirito nos anos de 2005, 2006 e 2007 - parecer pela aprovação; ao Deputado Hely Tarquínio, Requerimento nº 2.598/2008, do Deputado Carlin Moura, em que solicita seja formulado pedido de informações ao Presidente da MGS sobre implantação de uma ouvidoria na empresa, conforme sugerido em audiência pública da Comissão do Trabalho e acatado pela assessoria jurídica da MGS - parecer pela aprovação; Requerimento nº 3.081/2008, da Comissão de Direitos Humanos, em que pleiteia seja solicitada ao Secretário de Estado de Defesa Social cópia do Relatório Final da Corregedoria da Secretaria, que apurou a situação do Centro Socioeducativo de Juiz de Fora - parecer pela aprovação; Requerimento nº 3.084/2008, da Comissão de Direitos Humanos, em que pleiteia sejam solicitadas ao Secretário de Estado de Defesa Social informações sobre o funcionamento do plantão interinstitucional da infância e juventude em Minas Gerais e, especificamente, no Município de Juiz de Fora - parecer pela aprovação; ao Deputado Sargento Rodrigues, Requerimento nº 2.954/2008, da Comissão de Direitos Humanos, em que pleiteia seja encaminhado ao Tribunal de Justiça pedido de informações sobre o número de processos convertidos em perícias judiciais, o número de processos que estão com a tramitação paralisada aguardando a realização de perícia judicial, notadamente na Região Metropolitana de Belo Horizonte e nos municípios mais populosos do Estado - parecer pela aprovação; Requerimento nº 3.214/2009, de autoria do Deputado Wander Borges, em que requer

sejam solicitadas informações ao Diretor-Presidente da Copasa-MG sobre a possibilidade de implantação do sistema de abastecimento de água na região de São Sebastião de Maquiné, no Município de Santa Luzia – parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina o seguintes ato: aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 26/2/09, o servidor José Maria Barbosa Mendes, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 13 de abril e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 13 de abril de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 13/4/2009

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Hely Taquínio, 2º-Secretário e Sargento Rodrigues, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, através da Deliberação nº 2.444/2009, altera a Deliberação nº 2.358, de 24 de maio de 2005, que dispõe sobre os procedimentos para a celebração e a gestão de contratos no âmbito da Assembleia Legislativa. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e Unibanco AIG Seguros S/A, tendo como objeto o seguro total para veículos, incluída a assistência 24 horas – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Superview Comunicação e Marketing Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de operação dos sistemas eletrônicos e de áudio e vídeo da Diretoria de Rádio e Televisão da Casa, para realização de reportagem, locução, produção, edição, direção e disseminação de produtos de comunicação – parecer pela contratação, com dispensa de licitação, nos termos do art. 25, IV, da Lei nº 8.666/93, pelo período de três meses, ou até o final do procedimento licitatório em andamento, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Elevadores Atlas S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em onze elevadores, com fornecimento de peças e componentes – parecer favorável à modificação de cláusula do contrato, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 10/3/09, a servidora Celeste Moura Neves e Siqueira, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 11/3/09, o servidor Raimundo Albergaria, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, do Quadro de Pessoal desta Secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 22 de abril e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 22 de abril de 2009.

Alberto Pinto Coelho - Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 27/4/2009

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Hely Taquínio, 2º-Secretário e Sargento Rodrigues, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referente ao mês de março de 2009, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – FUNDHAB – referente ao mês de março de 2009, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos Deputados referentes à aplicação, até 31/3/2009, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.331, de 30 de abril de 2003. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Centro de Documentação de Radiografia Odontológica – CRODORT ME, tendo como objeto a prestação de serviços de assistência odontológica na especialidade de radiografia – parecer favorável à alteração da denominação social do credenciado, conforme manifestação da Coordenação de Saúde e Assistência, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Adservis Multiperfil Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação a serem executados nas dependências da contratante – parecer favorável à prorrogação excepcional, por trinta dias, ou até ser concluído o Pregão Eletrônico nº 111/2008, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a WMW Sistemas de Vídeo Ltda., tendo como objeto a prestação de serviço de manutenção corretiva e preventiva em equipamentos de radiodifusão, elaboração e execução de projetos de instalação e remanejamento de equipamentos novos ou já existentes, consultoria técnica, suporte técnico e treinamento para utilização de equipamentos e acessórios de captação de áudio e vídeo, cópiagem de fitas, edição linear e não linear, operação de todo o sistema, pós-produção e distribuição e exibição de sinais de rádio e televisão – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 085/2008, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo Protocolo de Intenções a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal de Três Corações, tendo como objeto o apoio técnico-pedagógico à implantação da Escola do Legislativo Municipal – parecer favorável, considerando manifestações da Escola do Legislativo, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo Protocolo de Intenções a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal de Unaí, tendo como objeto o apoio técnico-pedagógico à implantação da Escola do Legislativo Municipal – parecer favorável, considerando manifestações da Escola do Legislativo, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Associação Comunitária Taperense Caminho da Liberdade, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Multipães Indústria e Comércio Ltda., tendo como objeto o fornecimento de lanches para prestadores de serviços terceirizados e servidores da gráfica e xerox – parecer favorável à contratação, resultante do Processo Licitatório nº 002/2009, Pregão Eletrônico nº 002/2009, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A, tendo como objeto a prestação de serviços de seguro aeronáutico para a aeronave Embraer Xingu, prefixo PP-EMN, casco e responsabilidade civil 2º risco (LUC – Limite Único Combinado) – parecer favorável à contratação, resultante do Processo Licitatório nº 12/09,

Pregão Eletrônico nº 12/09, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Movimento Ecológico e Cultural do Vale do Piranga, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Isso posto, a Mesa opina favoravelmente à abertura de processo licitatório, na modalidade pregão eletrônico, tendo em vista a contratação, pelo período de doze meses, prorrogável na forma da lei, de empresa para fornecimento de auxiliares de serviços gerais e telefonistas, conforme solicitação das gerências responsáveis. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: aposentando, compulsoriamente, com proventos integrais, a partir de 2/3/09, o servidor Adão Ademir Marinho da Silva, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 2/3/09, a servidora Shirley Maria da Consolação Peixoto Guedes, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 19/4/09, a servidora Marluce Guelber Moratori Nunes Coelho, ocupante do cargo de Oficial de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 4 de maio e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 4 de maio de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 4/5/2009

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Hely Taquínio, 2º-Secretário e Sargento Rodrigues, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide dar provimento ao recurso feito pelo Deputado Sargento Rodrigues de ressarcimento de despesas com curso oferecido por pessoa jurídica legalmente constituída, desde o advento do art. 7º da Deliberação da Mesa nº 2.391/2007. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Carena Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de reformas em layouts e fornecimento de paredes divisórias, armários, balcões, bancadas e acessórios – parecer favorável à alteração do objeto, com majoração de 7,55% (sete vírgula cinquenta e cinco por cento), autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia e a Clínica Odontológica Edson Mariano Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de assistência odontológica aos Deputados e ex-Deputados contribuintes do IPLEMG, servidores ativos e inativos e respectivos dependentes – parecer favorável à contratação, com inexigibilidade de licitação, por inviabilidade de competição, com base no art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666/93, considerando manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; requerimento de natureza administrativa do Deputado Tiago Ulisses – parecer favorável, aprovado; requerimento de natureza administrativa do Deputado Irani Barbosa – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Associação Comunitária do Bairro Pedra Branca e Adjacências, do Município de Ribeirão das Neves, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Siemens Enterprise Communications – Tecnologia da Informação e Comunicações Corporativas Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção e suporte técnico nas centrais Siemens instaladas nas dependências da contratante – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Lavanderia LavSec Rápido Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de lavanderia destinados à lavagem, passagem e esterilização de roupas pertencentes à Casa – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Coordenação de Cerimonial e Relações Públicas, da Coordenação de Saúde e Assistência, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a A.A.A. Teletron Casa do Portão Eletrônico Comércio e Indústria Ltda., tendo como objeto o fornecimento, instalação e serviços de manutenção em portões, cancelas e interfones – parecer favorável à ampliação do objeto contratual em 4,95% (quatro vírgula noventa e cinco por cento), autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Padrão IX Informática e Sistemas Abertos Ltda., tendo como objeto o serviço de atualizações de versões e de suporte a programas já licenciados – parecer favorável à alteração da razão social do nome da empresa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo protocolo de intenções a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal de Patos de Minas, tendo como objeto o apoio técnico-pedagógico à implantação da Escola do Legislativo Municipal – parecer favorável, considerando manifestações da Escola do Legislativo, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Maelco Comercial Importadora e Exportadora Ltda., tendo como objeto o fornecimento e instalação de forro acústico – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 77/2008, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Colefar Ltda., tendo como objeto os serviços de coleta, transporte, incineração e destinação final de resíduos de serviços de saúde – parecer favorável à contratação, com dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei Federal nº 9.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Ato contínuo, a Mesa opina favoravelmente à abertura de procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico, tendo em vista a contratação, pelo período de doze meses, de empresa para prestação de serviços de fornecimento de passagens aéreas, reserva de hotéis, locação de veículos, traslados e recepção em aeroportos e de despachantes para solicitação de vistos, conforme requerimento da Diretoria-Geral. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - "Diário do Legislativo", edição de 3/2/09, que nomeou Shirlene Linny da Silva para o cargo de Analista Legislativo, na especialidade de Arquivista, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 1º lugar em concurso público; tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - "Diário do Legislativo", edição de 3/2/09, que nomeou Ana Cláudia Siqueira de Castro Moreira para o cargo de Analista Legislativo, na especialidade de Taquígrafo, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 2º lugar em concurso público; tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - "Diário do Legislativo", edição de 20/2/09, que nomeou Guilherme Tosi para o cargo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 40º lugar em concurso público. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 7 de maio e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 7 de maio de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues.

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Hely Taquínio, 2º-Secretário e Sargento Rodrigues, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, através da Deliberação nº 2.445/2009, dispõe sobre a implementação, no âmbito da Assembleia Legislativa, do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa em 16 de dezembro de 1990. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Caixa Econômica Federal – CEF, tendo como objeto a concessão de crédito imobiliário para financiamento de imóveis residenciais aos servidores efetivos, ativos, inativos e pensionistas da ALMG – parecer favorável, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Petrobras Distribuidora S.A., tendo como objeto o fornecimento de combustível para os veículos utilizados pela Casa – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Presencial nº 1/2008, e Ata de Registro de Preços nº 8/2008, da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Município de Córrego Novo, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Banco do Brasil S/A, tendo como objeto a concessão de crédito imobiliário – financiamento à aquisição de pessoa física, aos servidores da ALMG, em condições diferenciadas – parecer favorável, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Conselho Popular de Defesa dos Direitos Humanos dos Moradores do Bairro Felicidade, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Conselho Popular de Defesa dos Direitos Humanos dos Moradores do Bairro Felicidade – COPODHEMFE, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a ASSIPAC – Associação dos Idosos, Pensionistas e Aposentados de Contagem, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; requerimento de natureza administrativa do Deputado João Leite – parecer favorável, aprovado; requerimento de natureza administrativa do Deputado Dimas Fabiano – parecer favorável, aprovado. Isso posto, a Mesa opina favoravelmente à abertura de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, tendo em vista a contratação de empresa especializada na prestação de serviço telefônico fixo comutado STFC, pelo período de 60 meses, com o fornecimento e instalação de equipamentos e demais especificações, conforme solicitação da Gerência-Geral de Suporte Logístico. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 27 de abril e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 27 de abril de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Taquínio - Sargento Rodrigues.

Ata da 22ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 3/9/2009

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Eros Biondini, Carlin Moura e Duarte Bechir, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Eros Biondini, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado André Quintão em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para discutir, em audiência pública, a qualidade da água do Córrego Liso e os impactos na saúde da população de São Sebastião do Paraíso. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2009.

André Quintão, Presidente - João Leite - Eros Biondini.

Ata da 22ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 15/9/2009

Às 9h43min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Gilberto Abramo, Padre João, Ronaldo Magalhães, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ronaldo Magalhães, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.690, 3.698, 3.705, 3.706, 3.708 e 3.715/2009 (Deputado Gilberto Abramo); 3.680, 3.684, 3.704, 3.714 e 3.717 (Deputado Delvito Alves); 3.685, 3.691, 3.697, 3.703, 3.709 e 3.716/2009 (Deputado Ronaldo Magalhães); 3.686, 3.689 e 3.700/2009 (Deputado Sebastião Costa); 3.683, 3.692, 3.701, 3.710 e 3.712/2009 (Deputado Chico Uejo); 3.681, 3.687, 3.688, 3.696, 3.699, 3.702 e 3.711/2009 (Deputado Padre João); 3.679, 3.682, 3.693, 3.694, 3.695, 3.707 e 3.713/2009 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva); e 3.362/2009 (Deputado Gilberto Abramo, em virtude de redistribuição). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Registra-se, nesse momento, a presença do Deputado Sebastião Costa. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que conclui pela juridicidade, pela legalidade e pela constitucionalidade do Projeto de Lei nº 3.679/2009, no 1º turno, é deferido o pedido de vista do Deputado Padre João. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela juridicidade, pela legalidade e pela constitucionalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.501/2009 com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 3.487/2009 na forma do Substitutivo nº 1, e 3.600/2009 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 851/2007, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de prorrogação de prazo regimental solicitada pelo relator, Deputado Sebastião Costa. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.362/2009, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental feita pelo relator, Deputado Gilberto Abramo. Os Projetos de Lei nºs 3.504, 3.508, 3.537 e 3.610/2009 são retirados de pauta, atendendo a requerimento do Deputado Gilberto Abramo, aprovado pela Comissão. É convertido em diligência à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão o Projeto de Lei nº 3.666/2009 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, pela legalidade e pela constitucionalidade dos Projetos de Lei nºs 3.359, 3.647/2009 com a Emenda nº 1, 3.670 e 3.674/2009 (relator: Deputado Sebastião Costa); 3.424 e 3.550/2009 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 3.566/2009 com a Emenda nº 1, e 3.665/2009 (relator: Deputado Padre

João); 3.625, 3.655 com a Emenda nº 1, 3.675/2009 (relator: Deputado Gilberto Abramo, em virtude de redistribuição); 3.631, 3.659 e 3.671/2009 (relator: Deputado Gilberto Abramo) e 3.669/2009 (relator: Deputado Ronaldo Magalhães). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos em que se solicita sejam baixados em diligência ao autor os Projetos de Lei nºs 3.663, 3.664, 3.672 e 3.673/2009. Submetido a votação, é rejeitado o requerimento do Deputado Sargento Rodrigues em que solicita seja enviado ofício ao Cel. Renato Vieira de Souza, Comandante-Geral da PMMG, solicitando a abertura de processo administrativo disciplinar - PAD - em desfavor do Cel. Reinaldo Martins, em vista da acusação de ocorrência de roubo à mão armada. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, em 16/9/2009, às 14 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 2009.

Ademir Lucas, Presidente - Gilberto Abramo.

Ata da 8ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE SAÚDE na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 15/9/2009

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Délio Malheiros (substituindo o Deputado Doutor Rinaldo, por indicação da Liderança do BPS) e Domingos Sávio (substituindo o Deputado Fahim Sawan, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Juez Távora. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Délio Malheiros, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a revisão do PDR da Secretaria de Estado da Saúde - SES -, que normatiza o planejamento descentralizado em macrorregiões e microrregiões do Estado, e a possibilidade de criação de um hospital regional no Município de São João del-Rei, e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Nivaldo José Andrade, Prefeito Municipal de São João del-Rei; José Marcos Ferreira de Andrade, Secretário Municipal de Saúde de São João del-Rei; Vereadora Jânia Costa Pereira da Silveira, Presidente da Câmara Municipal de São João del-Rei; Josemar Lobosque Sena, Secretário Municipal de Saúde, representando o Sr. Nilzio Barbosa, Prefeito de Tiradentes; Denilson Silva Reis, Prefeito de São Tiago, representando o Sr. José Heitor Guimarães de Carvalho, Prefeito de Nazareno e Presidente da Amver; Arnoud Baldonado Napoleão, ex-Prefeito de Barroso, representando o Sr. Baldonado Arthur Napoleão, Presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - Epamig; Mauro Alexandre, Vereador de São João del-Rei, representando o Sr. Rômulo Antônio Viegas, Subsecretário de Desenvolvimento Regional da Secretaria de Desenvolvimento Regional e Políticas Urbanas; Cel. Milton de Oliveira Costa, Comandante do 38º Batalhão da Polícia Militar; Sérgio Ângelo Cavalieri, Secretário Executivo do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Campo das Vertentes - Cisver -; Rodrigo Ferreira de Barros, Promotor de Justiça; e Humberto Márcio de Oliveira, Delegado Regional, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra aos Deputados Domingos Sávio e Délio Malheiros, autores dos requerimentos que deram origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Carlos Mosconi, Délio Malheiros, Domingos Sávio e Juez Távora (3) em que solicitam seja viabilizado convênio entre o Estado e o Município de São João del-Rei, pela Secretária de Estado de Saúde, a fim de delegar a esse Município a gestão da carga horária dos servidores estaduais da saúde que nele atuam; que sejam elaborados estudos técnicos, pela Secretaria de Estado de Saúde, a fim de elevar o Município de São João del-Rei à condição de sede da Macrorregião do Campo das Vertentes, que passará a ser bipolar; e que seja encaminhado ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado de Saúde pedido de elaboração de estudos para viabilizar a construção de um hospital regional no Município de São João del-Rei. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e do público em geral, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2009.

Carlos Mosconi, Presidente - Doutor Rinaldo - Fábio Avelar - Neider Moreira.

Ata da 23ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 16/9/2009

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Genaro, Vanderlei Miranda, Carlos Gomes (substituindo o Deputado Durval Ângelo, por indicação da Liderança do PT) e João Leite, representando o BSD, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Padre João. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, os procedimentos para revista de visitantes e de celas, em especial no presídio de Bicas I e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Sra. Liza Prado, Vereadora à Câmara Municipal de Uberlândia, encaminhando, para tomada de providências, denúncias de que existem condutas praticadas no interior da Colônia Penal Jacy de Assis que ofendem os direitos humanos. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Genilson Ribeiro Zeferino, Subsecretário de Administração Prisional do Estado de Minas Gerais, representando Maurício de Oliveira Campos Júnior, Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais; Rodrigo Filgueira de Oliveira, Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça e Defesa dos Direitos Humanos e de Apoio Comunitário - CAO-DH-; Ricardo Helbert dos Santos Pereira, Diretor do Presídio de São Joaquim de Bicas - PRSJB -; Camilo Flávio Santos Fonseca, Agente Governamental, representando Marlene Alves de Almeida Silva, Ouvidora do Sistema Penitenciário; e as Sras. Anita Balbi Silva, denunciante; Marina Lage Pessoa da Costa e Maria Valéria Valle da Silveira, Defensoras Públicas, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Vanderlei Miranda, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Irani Barbosa em que solicita seja encaminhado ao Chefe da Polícia Civil pedido de providências com vistas à apuração de possível agressão sofrida pelo Diretor da Escola Municipal Cônego Bento, de Carmésia, no Vale do Rio Doce; Padre João em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir as ameaças sofridas pela população atingida pela Barragem de Braúna, localizada nos Municípios de Laranjal, Recreio, Leopoldina e Cataguases; Durval Ângelo (2) em que solicita sejam realizadas reuniões de audiência pública para discutir os efeitos da tortura ontem e hoje e realizar o lançamento dos livros "Clínica e Política 2" e "20 anos da Medalha Chico Mendes de Resistência", bem como o DVD "Memória para Uso Diário", todos idealizados pelo Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro; com vistas a obter esclarecimentos sobre o cumprimento de mandado judicial de reintegração de posse a favor do Estado de Minas Gerais, no ano passado, referente ao prédio no Bairro Horto, nesta Capital, no qual funcionava a organização não governamental "Circo de Todo Mundo"; Vanderlei Miranda (3) em que solicita seja realizada visita ao Presídio de Bicas I, para verificar as condições de funcionamento desse estabelecimento prisional; seja realizada reunião de audiência pública, com convidados que menciona, para discutir denúncia de possível perseguição policial e abuso de autoridade apresentada pelo Sr. Paulo César Ferreira, que teve o carro apreendido por policiais militares no dia 3/9/2009; sejam encaminhados à Superintendência da Caixa Econômica Federal cópia das notas taquigráficas da reunião e pedido de providências para se negociar com os mutuários que estão em débito, evitando que estes percam seus imóveis. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2009.

Durval Ângelo, Presidente - Vanderlei Miranda.

Ata da 9ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 16/9/2009

Às 10h15min, comparecem na Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Passa-Quatro - Acipaq - os Deputados Fábio Avelar e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o Deputado Eros Biondini, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Vanderlei Jangrossi. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, questões relacionadas ao turismo local e regional e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir a Sra. Ana Maria Farage de Carvalho, técnica da Emater-MG em Passa-Quatro, e os Srs. Antônio Claret, Vice-Prefeito Municipal de Passa-Quatro, representando o Sr. Acácio Mendes de Andrade, Prefeito desse Município; Carlos Edil Freitas Fortes, Presidente da Câmara Municipal de Passa-Quatro; Baques Vladimir Carvalho Sanna, Diretor-Geral do Instituto Estrada Real; Wanderley Mendes, técnico da Emater-MG em Passa-Quatro; Luiz Carlos Análio, Presidente do Sindicato Rural de Passa-Quatro; Wallace Wagner Soares de Souza, Presidente da Acipaq; e João Luiz Bustamante, Secretário de Meio Ambiente de Itanhandu, representando o Sr. Evaldo Barros, Prefeito desse Município, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2009.

Tenente Lúcio, Presidente - Eros Biondini - Fábio Avelar.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 14 horas do dia 21/9/2009, destinada à realização do Ciclo de Debates "Constituição e Democracia: 20 anos da Constituinte Estadual".

Palácio da Inconfidência, 18 de setembro de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 17/9/2009, a seguinte comunicação:

Do Deputado Zezé Perrella, notificando o falecimento da Sra. Maria Pessoa da Silva, ocorrido em 5/9/2009, em Itabira. (- Ciente. Oficie-se.)

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com os policiais civis que menciona, por desarticulação de quadrilha e prisão de criminosos que agiam no Município de Nova Serrana e região (Requerimento nº 4.440/2009, do Deputado Inácio Franco);

de congratulações com a Cooperativa Mista Agropecuária de Patos de Minas Ltda. - Coopatos - pela realização da 6ª Semana Coopatos (Requerimento nº 4.471/2009, do Deputado Elmiro Nascimento);

de congratulações com os policiais militares que menciona pela desarticulação de quadrilha e prisão de criminosos que vinham praticando assaltos a mão armada no Município de Nova Serrana e região (Requerimento nº 4.472/2009, do Deputado Inácio Franco);

de aplauso ao 23º Batalhão da PMMG pelos relevantes serviços que vem prestando à população divinopolitana (Requerimento nº 4.477/2009, do Deputado Doutor Rinaldo);

de congratulações com o Sr. Antônio Augusto Caçado Trindade, Juiz do Tribunal Internacional de Justiça, pelo recebimento do título de Jurista do Centenário de Dom Helder Câmara (Requerimento nº 4.478/2009, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Natércia pela 1ª colocação alcançada pelo Município na edição de 2009 do Prêmio Dario Tavares, em reconhecimento ao desenvolvimento de experiências inovadoras na atenção primária à saúde (Requerimento nº 4.499/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de aplauso ao Conselho Regional de Nutricionistas - 9ª Região pela passagem do Dia do Nutricionista (Requerimento nº 4.506/2009, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com os policiais militares que relaciona, do 36º Batalhão da PMMG, por terem efetuado a apreensão de 40kg de drogas em um sítio provavelmente usado como laboratório de refino de entorpecentes (Requerimento nº 4.552/2009, da Comissão de Segurança Pública).

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 14/9/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Fábio Avelar

exonerando, a partir de 18/9/09, Antônio Rodrigues da Silva do cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Eduardo Rodrigues Pereira para o cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 21/9/09, Marcus Vinicius de Souza Bahia do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Ana Karla Bahia para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.195, de 4/7/00, e 5.310, de 21/12/07, e da Lei nº 15.014, de 15/1/04, assinou o seguinte ato:

exonerando, a pedido, a partir de 11/9/09, Marcelo Magalhães Menezes do cargo de Analista Legislativo – na especialidade de Jornalista, padrão AN-1, classe I, código AL-AN, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Lar dos Velinhos São Sebastião, de Piraúba. Objeto: doação de 2 microcomputadores. Licitação: dispensada (Lei Federal nº 8.666, de 1993, art. 17, II, "a").

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

1ª conveniente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 2ª conveniente: Câmara Municipal de Mantena. Objeto: apoio técnico-pedagógico à implantação da Escola do Legislativo Municipal. Vigência: 5 anos a partir da sua assinatura.

ERRATAS

ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 15/9/2009

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 17/9/2009, na pág. 71, col. 1, sob o título Leitura de Comunicações, onde se lê:

"3.343/2009, do Deputado José Henrique", leia-se:

"3.343/2009, do Deputado José Henrique, com a Emenda nº 1". E onde se lê:

"3.532/2009, do Deputado Doutor Rinaldo", leia-se:

"3.532/2009, do Deputado Doutor Rinaldo, com a Emenda nº 1".

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.501/2009

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 17/9/2009, na pág. 73, col. 2, na EMENDA Nº 2, onde se lê:

"Lei nº 16.465, de 2007", leia-se:

"Lei nº 16.645, de 2007".

Termo de Contrato

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 18/9/2009, pág. 95, col. 2, onde se lê:

"Vigência: 12 meses a partir de 3/8/2009", leia-se:

"Vigência: 12 meses a partir de 11/9/2009".